

Marcas d'água: Trajetórias da juventude rural
no Reassentamento Novo Amanhecer (UHE Machadinho/SC)

Nádia da Silva – UFSC¹
Amanda Farias Leão - UFSC²
Luci Teixeira Stanck- UFSC³
Juliana Aparecida Teixeira Stanck - UFSC⁴
Zilma Isabel Peixer- UFSC⁵

I. Introdução

A pesquisa sobre juventude rural tem como foco o espaço da agricultura familiar com trajetórias de vida vinculadas aos processos de reassentamento. A agricultura familiar e a sucessão econômica da unidade produtiva tornam-se complexas quando tratamos de situações de migração forçada, como as ocasionadas pelos processos de reassentamentos vinculados à construção de Usinas Hidroelétricas (UHE). Desde 1970 intensificou-se no Brasil a construção de barragens para atender a demanda por produção de energia elétrica. A construção de hidroelétricas a partir da década de 70, resultou na mudança de mais de 1 milhão de pessoas que foram atingidas de alguma maneira pelo represamento das águas, para novas áreas. Uma das formas de realocação das famílias atingidas é a construção de reassentamentos, que tem por objetivo realocar as famílias que sofreram algum impacto pela construção de hidroelétricas, para uma mesma área, de maneira que estas famílias atingidas não perdessem os laços sentimentais e de produção que mantinham entre si (FOSCHIERA et

1 Universidade Federal de Santa Catarina, Cursando Engenharia Florestal, integrante do PET: Ciência Rurais (MEC/FNDE). E-mail nadia.nadianadia.silva@gmail.com
2 Universidade Federal de Santa Catarina, Cursando Engenharia Florestal, integrante do PET: Ciência Rurais (MEC/FNDE).
3 Universidade Federal de Santa Catarina, Cursando Engenharia Florestal, integrante do PET: Ciência Rurais (MEC/FNDE).
4 Universidade Federal de Santa Catarina, Cursando Engenharia Florestal, integrante do PET: Ciência Rurais (MEC/FNDE).
5 Universidade Federal de Santa Catarina. Centro de Ciência Rurais. Prof. Dr. Sociologia. Tutora PET: Ciências Rurais (MEC/FNDE). E-mail. zilmaisabel@ufsc.br.

al., 2009). E os jovens nesse processo de desenraizamento familiar? E as famílias de agricultores reassentados, será que conseguem dar continuidade da unidade produtiva? Esse contexto é o pano de fundo da pesquisa. Assim estruturou-se como objetivo da pesquisa identificar e contextualizar os fatores que levam os jovens do Reassentamento Novo Amanhecer (Curitibanos/SC) a permanecer no campo, enfocando suas dificuldades e perspectivas em relação à vida no campo e da sucessão na agricultura familiar na Comunidade. Nessa pesquisa foram realizadas entrevistas com jovens entre 15 e 25 anos que moram no reassentamento e entrevista com a primeira família que veio morar na localidade. No texto fazemos inicialmente uma contextualização histórica da Comunidade Novo Amanhecer e na segunda parte as aproximações entre juventude e agricultura familiar no reassentamento.

II Histórico da Comunidade Novo Amanhecer

Em 2003 uma nova comunidade foi sendo formada na área rural do município de Curitibanos (SC), denominada de Novo Amanhecer. Não foi formada de forma espontânea, mas re-edita um novo ciclo de migração forçada, em que se viram forçados a migrar famílias de agricultores que tiveram suas terras inviabilizadas em decorrência da construção de UHE de Machadinho. A localidade em seu nome traz a esperança de um novo recomeçar. Como bem representado na poesia escrita por uma jovem da comunidade Novo Amanhecer:

Esse lugar foi povoado há muitos anos, quando minha família e outras aqui chegaram vindas do Rio Grande do Sul. Nossas terras gaúchas ficaram sob águas de uma hidrelétrica e o direito nos deu esse novo lar. Somos famílias reassentadas. Tivemos de deixar para trás toda uma história de vida, mas trouxemos junto nossos familiares, nossa cultura e nossa esperança.

Esperança, essa que nos fez dar o nome a esse lugar amado, de Novo Amanhecer, pois aqui vislumbra o começo de uma nova história para cada família que ali chegara. (Josieli Panho 2010 in EHRHARDT, 2012).

Como salienta a jovem, o direito lhes deu um novo lar. Importante destacar que esse direito foi uma conquista nos processos de negociação. Na construção de UHE observa-se a

existência de lógicas contrastantes. Por um lado a empresa ou consórcio responsável pela construção da obra, com objetivos de minimizar os processos indenizatórios, que sob sua ótica, representam custos da obra e de outro lado as populações atingidas pela construção da UHE, que necessariamente terão que sair de seus espaços de vida. Os reassentamentos, oriundos dos deslocamentos compulsórios originadas com a UHE, constituem-se numa das bandeiras de luta e organização dos movimentos de atingidos por barragens. Inclusive é na construção das UHEs de Itá e de Machadinho que a perspectiva de reassentamento como um dos direitos a serem negociado passa a ser uma constante, conforme estudos de Rocha e Pase (2015), isso já nas décadas de 70 e 80 do século XX.

A construção da UHE Machadinho iniciou em março de 1998 e o lago começou a ser formado em 2001, começando a geração de energia em 2002. O processo construtivo das A UHE Machadinho e da UHE Itá são um marco na constituição de movimentos sociais na defesa das populações afetadas pela construção das barragens. Inclusive a identidade política de atingido pela UHE bem como, o reconhecimento do direito a indenização são conquistas resultantes do movimento social (ROCHA, 2009; NELSON, 2010; PEIXER, 1993). Os processos de mobilização e negociação presentes nesses processos são marcantes, questões como Terra por Terra, indenização em Dinheiro ou Reassentamento aparecem na mesa de negociação como bandeira dos movimentos sociais de atingidos por barragens (ROCHA,2009). Entretanto processos de relocação são processos bem morosos, inclusive a morosidade é uma das estratégias das empresas, aliada a negociação individual. Consta que o primeiro acordo se faz em 1987, sendo posteriormente ratificado em 1997, no Plano de Remanejamento Populacional (NESPOLI, PIZZATO, 2007). Em 1998 o cadastro oficial abrangia 2.076 famílias. No plano de remanejamento, conforme termos de compromissos estava previsto as seguintes modalidades: i) Indenização, ii) Reassentamento Rural podendo ser Coletivo, pequeno reassentamento rural coletivo; Reassentamento Rural Coletivo Diferenciado; iii) Reassentamento em áreas remanescentes, iv) reassentamento individual - carta de crédito; v) Permuta. Das 2.076 famílias 1.011 optaram por indenização; 246 optaram por reassentamento rural, 28 por reassentamento em áreas remanescentes; 764 por carta de crédito e 27 por permuta. (idem, pg 245).

No município de Curitiba (SC) foram feitos três reassentamento com famílias oriundas de áreas atingidas pela UHE de Machadinho: Reassentamento Novo Amanhecer, Santo Expedito e Madre Paulina. Importante observar nesse processo de construção da UHE o processo de mobilização e organização do Movimento de Atingidos por Barragens (MAB). Pelas primeiras tratativas da empresa teriam direito a ressarcimento somente as famílias

diretamente atingidas pelas águas. A partir da mobilização e da organização do movimento foram negociados e incluídos famílias cujas terras não seriam submersas, mas ficariam dentro da área de influência da obra. Nesse sentido, foi organizado o movimento das 320 famílias que conseguiram o ressarcimento pelos danos causados pela construção da UHE. Dos três reassentamentos rurais, dois estão vinculados a esse movimento das 320 famílias. O Reassentamento Madre Paulina, composto por famílias que tiveram suas terras submersas no reservatório e cujo direito ao reassentamento já eram reconhecidos pela empresa e os Reassentamento Santo Expedito e o Novo Amanhecer com famílias cujas terras ficavam em áreas de influência da obra. Essas famílias tiveram que lutar para o reconhecimento de que também eram atingidos pela obra, garantindo o formas de ressarcimento, que no caso, foi a possibilidade de reassentamento. Como salienta o primeiro morador do Reassentamento Novo Amanhecer:

P: Por que não teriam direito ao reassentamento num primeiro momento?

R. Porque as terras não foram alagadas, não foram diretamente atingidos, porém tiveram direito ao reassentamento porque ficaram em uma área considerada de risco.

P: Todos que moram no reassentamento foram diretamente atingido?

R: Sim todos que vieram para cá foram atingidos indiretamente, ninguém teve suas terras alagadas. (SILVA, 2015)

A comunidade do Reassentamento Novo Amanhecer, está localizada no interior do município de Curitibanos (SC). A área foi adquirida em março de 2003, e ainda nesse mesmo ano, começaram as primeiras obras, para relocação das pessoas. O Reassentamento é constituído por famílias dos municípios de Maximiliano de Almeida, Machadinho e Barracão ambos do Rio Grande do Sul e também fazem parte famílias dos municípios de Piratuba, Capinzal e Zortéa estes do estado de Santa Catarina, atingidas pela construção da UHE de Machadinho – RS (EHRHARDT, 2012).

Na organização da nova comunidade está presente o esforço coletivo. Como já mencionado, esse reassentamento é fruto da conquista do movimento das 320 famílias, organizados pelo MAB, importantes no reconhecimento do direito coletivo, como lembra um dos moradores:

Comecei a participar do movimento em 1999 (...). Sim, fizemos parte desse movimento, as famílias daqui são parte das 320 famílias do movimento das 320 famílias. (...) Bom a

organização se deu através de muitas reuniões, debates, estratégias e muita luta juntamente ao MAB. O MAB era quem fazia toda a articulação, quem organizou tudo foi o MAB no início, depois de alguns anos já com o direito conquistado é que foram formadas comissões de dirigentes para cada um dos reassentamento, com os próprios integrantes dos reassentamentos. A luta começou e os agricultores começaram a participar e se interessar quando o MAB fez uma reunião na comunidade e mostrou que as famílias dali teriam direito ao Reassentamento. (SILVA, 2015).

Mas a mobilização e organização coletiva não se finda com o reconhecimento do direito a indenização pela empresa, continua na própria construção da nova comunidade, pois em diversos momentos tiveram que lutar pela continuidade das obras:

A primeira família mudou-se para a comunidade em 05 de maio de 2003. E com a construção das casas, vários agricultores vieram trabalhar nessas construções em 18 de julho de 2003. Durante a construção das casas, se construía a rede de luz pelo programa luz para todos do governo federal. No ano de 2004, a empresa construtora da barragem suspendeu a liberação de recursos para a construção do reassentamento.

Com a paralisação da construção muitas famílias que viviam em casas de parentes, porque suas terras já tinham sido alagadas e não conseguiam sobreviver, vieram morar nas casas só com as paredes e a cobertura, outros construíram pequenos alojamentos ao lado das mesmas.

Após várias negociações a empresa retoma a construção das casas, deixando algumas casas inacabadas e também o aparelho comunitário. (RIBEIRO; SILVA apud EHRHARDT, 2012; 37).

Como observado no depoimento acima, depois de muita negociação a empresa retorna a fornecer recursos para as construções, contudo algumas casas ficaram inacabadas e as construções de uso comunitário que a empresa deveria construir no reassentamento também foram paralisadas, exigindo um novo processo de mobilização e negociações.

Seu Amarildo, o primeiro morador, conta que uma das razões que levaram a suspensão dos recursos, tem origem no fato de que mais da metade das famílias que seriam beneficiadas pelo reassentamento não queriam mais que o mesmo fosse construído naquele local. Isso

implicou em mais um longo trabalho, inclusive com momentos sendo negociado na justiça para que as obras recomeçassem e as famílias aceitassem a área, que já estava comprada e que anteriormente todos haviam aprovado (SILVA, 2015).

Em 2004 foi construída uma pequena capela na localidade, além de espaço de oração, a capela fazia-se necessária para instalação pública de luz, no local reservado para a futura igreja e um pavilhão para a realização de festas e divertimentos para a comunidade, (EHRHARDT, 2012). A igreja por sua vez, só foi inaugurada em 2015, pois sua construção esteve vinculada aos recursos arrecadados pela comunidade (SILVA, 2015), prática comum nas organizações religiosas, que articulam com a comunidade as formas de viabilizar a construção dos templos religiosos. Importante lembrar o que a igreja ou capela representa para a comunidade, como salienta Rocha num estudo sobre a construção da UHE Machadinho:

O local da Capela, centro social da linha {comunidade}, também é compreendido como local comum, onde todos os colonos têm acesso nas festas e também para eventual uso particular, sendo que é propriedade da comunidade. (...) e a construção e manutenção da capela é feita em regime de mutirão pelos colonos, além do trabalho nos dias de festa. (ROCHA, 2009,12)

Esses momentos iniciais de construção da comunidade ainda estão bem presentes na memória dos moradores. Aproximadamente dois meses após o pagamento da área, a comunidade recebeu seu primeiro morador o senhor Amarildo da Silva, o mesmo chegou com sua família para residir no local em 05 de maio deste mesmo ano. A família do Sr. Amarildo é a primeira família a vir para a localidade, já vem com a incumbência de cuidar das obras, sendo indicada para essa função, pelo MAB. Ele se muda com a família e reside nos primeiros anos numa casa já existente na fazenda, com duas crianças em idade escolar (entre doze e oito anos), que deslocam-se diariamente para escola situada na área urbana de Curitiba. Mais tarde em 2007 será construído uma Escola numa comunidade rural próxima, que irá atender as crianças e jovens do reassentamento do infantil até o ensino médio.

A partir de sua chegada outras famílias se mudaram, ainda em condições precárias, construindo barracas sobre seus terrenos e ali instalando-se com as famílias. Vieram para ajudar na construção das casas e também pela inviabilização do antigo espaço para moradia e trabalho, pois no local onde estes residiam já teria sido alagado pela barragem e não teriam mais como se sustentar em seus antigos terrenos (EHRHARDT, 2012). Sr Amarildo relata que

as famílias foram terminando suas casas, conforme recursos disponíveis e fazendo as devidas modificações que desejavam nas mesmas. Em suas palavras:

“Hoje a comunidade conta com 35 famílias, nem todas são as que foram atingidas pela barragem, mas que acabaram comprando terrenos de pessoas que vieram e foram embora ou que nem chegaram a vir”. (SILVA, 2015)

Esse processo, mesmo sendo resultado de uma reivindicação e organização por parte das famílias atingidas, não foi tranquilo, no projeto inicial do reassentamento havia previsão de 72 lotes, com perspectivas de virem 67 famílias. Entretanto efetivamente vieram 40 famílias, sendo que as demais 27 famílias arrendaram ou venderam o lote que receberam como indenização (SILVA, 2015). Das famílias que vieram morar no Reassentamento, eram jovens famílias com os filhos pequenos algumas possuíam filhos na idade de adolescência e raros os casos de filhos já adultos. Nesse reassentamento, cada lote tem em média 14 ha, o que está dentro de um módulo rural na região, sendo que todos os lotes possuem uma área de preservação ambiental em comum, conforme padrões definidos no projeto, aspecto esse mencionado pela empresa como uma das vantagens dos programas de reassentamento rural.

São famílias de agricultores familiares, que foram estruturando a unidade econômica em torno da produção leiteira que hoje se constitui na principal fonte de renda. Também são cultivados milho, soja, arroz, mandioca, alho e outros produtos que são voltados para o autoconsumo familiar e complemento de renda. O Abastecimento de água é feito por poço artesiano, que abastece todas as famílias com água de qualidade e com um preço acessível. Nas avaliações feita pelos moradores, eles consideram que possuem uma boa estrutura de vida, com casas, luz, água e fossas instaladas. Mas há problemas com infraestrutura, sendo a principal reclamação as condições precárias das estradas e falta de transporte coletivo. Como Destaca um jovem, as dificuldades são: "Estradas ruins, acesso a cidade" (Entrevistado 06 - 21 anos). Todos os jovens destacam a questão da locomoção como problemática para quem mora no reassentamento.

Hoje, depois de 13 anos, em muitas famílias já há pessoas cuja renda é a aposentadoria, como salienta Sr. Amarildo:

"muitos dos que residem na comunidade são aposentados por idade e já não possuem nenhuma atividade agrícola e acabam por arrendar suas terras por falta de mão-de-obra familiar e jovem para continuar as atividades na propriedade (SILVA, 2015).

Também outro fato observado é as dificuldades em permanecerem na comunidade. Das 40 famílias que vieram hoje vivem no reassentamento 19 das famílias. Já há muitas famílias que adquiriram a terra posteriormente. Os filhos das primeiras famílias, que eram crianças quando se mudaram, hoje estão com idade entre 15 e 29 anos, enquadrando-se na faixa etária dos considerados jovens. E os que eram adolescentes já são adultos, sendo que grande parte não moram mais na comunidade. Há também crianças que já nasceram nessa nova comunidade da família, pós-deslocamento.

Aqui já observa-se o segundo aspecto de nossa pesquisa, onde estão os jovens? como pensar a sucessão no empreendimento familiar? será que o processo de deslocamento familiar contribuiu para incentivar/intensificar esse quadro de envelhecimento do campo?

III - Juventude Rural e Agricultura Familiar

O interesse pela pesquisa surge pelo fato de que a maioria dos jovens da comunidade ao terminarem o ensino médio migram do meio rural para o meio urbano, alguns para darem continuidade aos estudos, outros em busca de empregos que garantam um salário fixo, e alguns ainda pela dificuldade em manter-se na propriedade sob gestão dos pais, ou por serem propriedades pequenas e não comportam mais uma unidade familiar. Há uma proximidade pessoal com o tema, pois a família de três dos autores deste texto, tiveram suas terras alagadas pela UHE de Machadinho e foram relocadas para o Reassentamento Novo Amanhecer e o Santo Expedito. A trajetória familiar e o vivenciar na comunidade demonstram que diversas famílias já enfrentam o problema de sucessão rural e de migração dos jovens para áreas urbanas. A comunidade possui muitos jovens que passaram pelo processo de migração para os centros urbanos ou estão em fase de adaptação a esse processo, mas também tem jovens que optaram por permanecer no campo na atividade rural.

Na literatura observar-se que dentre as dificuldades encontradas pela Agricultura Familiar estão os processos de continuidade e sucessão da unidade produtiva, bem como, a formação de novas unidades produtivas. Muitos jovens não pretendem dar continuidade aos processos produtivos das propriedades em que seus pais vem trabalhando. Isso contribui para o êxodo rural, com implicações fortes na reprodução da agricultura familiar, e está atingindo os jovens de hoje com muito mais ênfase que em épocas anteriores (MENEZES, STROPASOLAS, BARCELLOS, 2014; ABRAMOVAY et al., 1998).

Evidencia-se que cerca de 2 milhões de pessoas deixaram o meio rural entre os anos de 2000 e 2010, e em torno de 1 milhão dessa população que migrou está situada nos grupos

etários de crianças, adultos e idosos e cerca de 1 milhão são pessoas consideradas jovens, isto é, metade da migração do campo para a cidade é do grupo social etário considerado como jovens (MOVIMENTO Mulheres Camponesas MMC, 2013).

É nesse contexto, aliado ao trabalho com os jovens na escola de educação do campo que iniciamos a pesquisa que tem como objetivo, identificar os fatores que levam os jovens da comunidade do Reassentamento Novo Amanhecer a abandonar ou a permanecer no campo e dessa forma entender como está ocorrendo o processo de sucessão rural na comunidade e quais as perspectivas dos jovens filhos de agricultores familiares quanto à atividade agrícola.

Podem ser encontrados diversos conceitos, construções e definições do que é ser jovem. De acordo com parâmetros adotados no Brasil, define-se a juventude pela faixa etária entre 15 e 29 anos (LEI Nº 12.852, 5 de agosto de 2013). De acordo com o último censo (2010), ¼ da população do país, encontra-se nessa faixa etária (BRASIL, 2014).

Observa-se que as definições sobre o jovem, para além do cronológico, variam de acordo com o espaço e as posições que os mesmos ocupam na sociedade, não sendo somente uma questão de faixa etária, idade cronológica ou de transição da infância para a fase adulta. Como salientado num estudo sobre juventude no Brasil:

É na juventude que os indivíduos iniciam e processam suas inserções nas diversas dimensões da vida adulta. (...) Assim sendo, na juventude se definem possibilidades e impossibilidades de inserção na vida produtiva e social, de desenvolvimento de projetos pessoais e sociais (BRASIL, 2014; 14).

Ser identificado como jovem, ou seja, estar nessa categoria social, representa um espaço de transição e de contradições, em muitos casos o jovem ainda é visto como uma figura de pouca confiança, mesmo que esses ocupem uma posição de destaque e de importância fundamental para a continuidade da agricultura familiar, camponesa e também dos movimentos sociais, tendo um papel de sucessores a esses espaços (CASTRO et al., 2009). Nesse sentido compreender os jovens e suas perspectivas/projetos de vida é fundamental para o delineamento de estratégias vinculadas à promoção da agricultura familiar e da própria educação do campo.

Em estudo realizado em 2014, pela Secretaria Nacional da Juventude, observou-se que grande parte da juventude 84,8% moram em áreas urbanas e somente 15,2% em áreas rurais (BRASIL, 2014), mesmo considerando as imprecisões da definição de área urbana e rural no Brasil, é significativo esse processo, como salientado nesse mesmo estudo:

Vale ressaltar que o Brasil experimenta uma perda constante de população rural jovem maior de 15 a 29 anos, numa proporção que equivale à metade do total de pessoas que migra do campo para a cidade (idem, 20)

Diversos fatores contribuem para isso, inclusive muitas políticas públicas como a concentração de escolas em áreas urbanas, e em SC esse foi um processo marcante desde a década de 90, como diversos estudos sobre educação do Campo tem demonstrado (MUNARIM et all 2016). Além desses observa-se as migrações compulsórias, como as oriundas dos deslocamentos populacionais ocasionadas pela construção de UHEs.

A juventude rural está inserida no trabalho familiar, uma vez que essa inserção se caracteriza pela unidade de produção agrícola ter a propriedade e o trabalho inteiramente ligados à família. A agricultura familiar é bastante representativa no Brasil, pois 84% de todas as propriedades rurais do País são de agricultores familiares; tal forma de agricultura é responsável por empregar aproximadamente cinco milhões de famílias em todo o País. Alguns dados demonstram que a agricultura familiar produz cerca de 80% dos alimentos consumidos e preserva 75% dos recursos agrícolas do planeta, entre eles o leite (58%), a mandioca (83%), o feijão (70%) e entre outros alimentos (BRASIL/MDA, 2015).

A questão da agricultura familiar e a sucessão econômica da unidade produtiva tornam-se complexas quando tratamos de situações de migração forçada, como as ocasionadas pelos processos de reassentamentos vinculados à construção de UHE. Essa preocupação já estava presente nos processos de negociação para reassentamentos rurais, durante a construção da UHE- Machadinho.

Na pesquisa de campo priorizou-se identificar os jovens que vivem hoje no Reassentamento Novo Amanhecer. Considerando jovens, os que possuem entre 15 e 29 anos, localizou-se 16 jovens, sendo o mais velho com 23 anos de idade. Na época do reassentamento, da mudança familiar o mais novo tinha 2 anos e o mais velho 10 anos de idade. Inicialmente constata-se poucos jovens que permanecem no espaço rural, na localidade. Ao perguntar aos jovens sobre a vida no reassentamento, se gostam de morar na comunidade e qual aspecto destacam, sobressai nas respostas que é um lugar tranquilo, sossegado e este elemento aparece como aspecto positivo da vida no campo, bem como, que gostam de morar ali, mas ao serem perguntados sobre sua perspectiva de futuro, se pretendem continuar morando na comunidade, 10 jovens manifestaram-se de forma positiva, destacando a opção:

Por que preciso ajudar o pai (Entrevistado 01 - 17 anos);

Porque é bom (Entrevistado 05 - 21 anos);
Porque é o único lugar que gosto de ficar
(Entrevistado 08 - 16 anos);
Porque ganho mais que se eu morar na cidade
(Entrevistado 09 - 18 anos);
Custo de vida aqui é barato e o lugar é sossegado
(Entrevistado 11 - 20 anos).

Pode-se observar aqui a construção de um discurso que já se contrapõe a tradicional desvalorização do campo, delineando entre os que ficam uma "nova mentalidade" (CARNEIRO, 2007), articuladas pelas relações familiares, pela avaliação de oportunidades de trabalho e condições de vida, isso na perspectiva dos que ficaram.

Em outro momento, os jovens foram questionados sobre perspectivas de buscar outras atividades profissionais fora do meio rural, nesse sentido, os jovens que já se definem como agricultores em sua área profissional, observam outra atividade como um complemento caso faça-se necessário, mas não pretendem sair da localidade, como podemos observar nessa fala "Não, mas quem sabe fazer um curso de cabeleireira para trabalhar aqui mesmo no Reassentamento" (Entrevistado 05 - 21 anos). Por sua vez, os jovens que estão projetando sair da comunidade, tem a perspectiva de exercer atividades em espaços urbanos, como salienta "Sim, porque como já falei eu acho que não me integro bem nas atividades rurais". (Entrevistado 02 - 15 anos).

Com relação as dificuldades que eles observam no reassentamento, o grande destaque são os problemas de infraestrutura, estradas e transportes, mas na fala de dois jovens percebe-se o reconhecimento de outras questões, vinculadas ao espaço profissional na agricultura familiar, como podemos observar:

"As estradas, acho que o leite deveria ser melhor remunerado, tudo pro meio rural é muito caro"
ou
Assistência da prefeitura, estradas ruins, sem coleta de lixo, sem programas de incentivo a agricultura (Entrevistado 01 - 17 anos).

Como observado as dificuldades com financiamento e recursos para a agricultura são percebidos pelos jovens como limitantes no desenvolvimento da atividade rural. Este posicionamento mais crítico, também aparece quando indagados quais as dificuldades que eles sentem em relação a oportunidades de formação e atividades profissionais:

Falta de locomoção, para fazer uma faculdade, não dá para ir e vir todos os dias é complicado (Entrevistado 01 - 17 anos).

Considero que os jovens também enfrentam a dificuldade em conseguir dinheiro com a atividade rural (Entrevistado 02 - 15 anos).

Já quando indagados para identificar que questões poderiam contribuir para melhorar a vida do jovem no reassentamento, os destaques foram para aquisição de terreno, cursos profissionalizantes e crédito orientados aos jovens para investimento na atividade agrícola. Delineia-se em suas falas a preocupação com o futuro e formas de viabilizar a atividade profissional nos empreendimentos familiares.

Nesse sentido é interessante a percepção do significado de agricultura Familiar. Solidariedade e família são os indicativos, como podemos observar, ser agricultor familiar é:

Quando tem um terreno e a família se ajuda a plantar, colher e outras atividades. Divisão dos lucros (Entrevistado 10 - 15 anos).

Produção agrícola por meio de grupos familiares. Geralmente feita em pequena escala de produção (Entrevistado 02 - 15 anos).

Trabalhar em conjunto com as família, todo mundo se ajudando (Entrevistado 06 - 21 anos).

Aqui observa-se que mantém-se a identidade de grupo econômico vinculado a família, inclusive como salientado por Rocha (2009), esse é um fator preponderante e que deve ser levado em conta nas estratégias e definições adotadas, bem como, na definição das trajetórias dos jovens, como salienta o autor "o fator *família* continua a prevalecer na organização da vida rural" (2009;10). inclusive o universo "família" é importante na definição das escolhas dos indivíduos e marcou os processos de reassentamento, como descrito pelo autor em seus estudos sobre as barragens no Rio Uruguai:

O quadro sobre a evolução das negociações na bacia do rio Uruguai deixa clara a preferência dos atingidos pelas opções de Indenização em dinheiro e Carta de Crédito, enquanto o Reassentamento Rural Coletivo vem estabilizado ao longo das barragens na bacia do rio Uruguai. (...) Isso pode ser explicado retomando dois pontos fundamentais do texto onde se observa que a região, mesmo que tardiamente em relação ao restante do país, vive um momento de êxodo e envelhecimento da população rural e que a lógica da vida colonial não está baseada no coletivo aos moldes do RRC, mas sim em relações de parentesco, compadrio e vizinhança que são formas de solidariedade fundadas numa

economia moral que prioriza o conceito de “unidade familiar” (ROCHA, 2009; 16).

Mas a compreensão do núcleo familiar não anula a compreensão das redes de relações e interações do "negócio Familiar" e das dificuldades enfrentadas pela Agricultura Familiar, isso influencia também na decisão de permanecer ou não no campo, como observa-se na reflexão do Jovem, que identifica-se como agricultor, e ao falar sobre como ele vê as perspectivas para a agricultura familiar:

Hoje não existe [perspectiva], os jovens querem ficar no meio rural, mas ninguém ajuda, nem o governo nem ninguém (Entrevistado 03 - 20 anos).

Ou ainda:

Não vou ficar aqui, mas dependendo das melhorias posso pensar em ficar (Entrevistado 04 - 20 anos);

Espero que cada vez seja melhor, maior produtividade, que o tempo ajude (Entrevistado 15 - 19 anos).

Ha correlação entre opção por ficar no campo, perspectivas de continuidade de estudos e organização de vida afetiva. Esse aspecto inclusive marca uma nova relação na interação familiar, resultando na constituição de um novo núcleo econômico.

IV - Considerações Finais

Esse artigo teve como objetivo identificar e contextualizar os fatores que levam os jovens do Reassentamento Novo Amanhecer (Curitibanos/SC) a permanecer no campo, enfocando suas dificuldades e perspectivas em relação à vida no campo e às dificuldades da sucessão na agricultura familiar na Comunidade. Dos 15 jovens que entrevistamos e que residem hoje na comunidade, oito jovens identificam-se como agricultores os demais como estudantes. Na pesquisa constatou-se que os jovens deixaram a comunidade por não terem expectativas futuras de obterem bons resultados econômicos e sociais por meio da atividade agrícola familiar e pelas dificuldades criadas pelo reassentamento, acreditando que a saída do campo para trabalhar em outras atividades que são remuneradas regularmente possa lhes oferecer maiores vantagens.

Os jovens da Comunidade do Reassentamento Novo Amanhecer ao terminarem o ensino médio acabam migrando do meio rural para o meio urbano, alguns para darem continuidade aos estudos, outros em busca de empregos que garantam um salário fixo todos os meses, outros em busca de ambos os objetivos e alguns ainda pela dificuldade em manter-se na propriedade sob gestão dos pais, pelo fato de que os mais velhos não aceitam inovações na forma de trabalho ou ainda pelo fato de serem propriedades pequenas que não suportam mais de uma unidade familiar. Observa-se, portanto, que muitos jovens saíram do campo e foram morar nas cidades próximas, em busca de oportunidades de emprego. Alguns casos, mas em menor número a saída esteve vinculada a continuidade dos estudos.

Para os que ficaram, principalmente os que já terminaram o ensino fundamental eles tem consciência das muitas dificuldades enfrentadas na comunidade e na área profissional, a maioria refletem que ter ficado no reassentamento dando continuidade a propriedade de seus pais e ao trabalho no meio rural foi a escolha certa, pelo menos no curto prazo, pois muitos citam os gastos que teriam morando na cidade e também a vontade de dar continuidade ao que os pais fazem.

Mas o futuro também é incerto, alguns citam que dependendo de como for futuramente a vida e os resultados econômicos com as atividades que exercem na agricultura pode ser que tenham a necessidade de procurar uma atividade remunerada fora do meio rural. Nesse sentido, observa-se a importância de políticas públicas que possam contribuir para a permanência do jovem no campo, investindo em ações e programas que permitam com que esses jovens possam continuar no reassentamento dando continuidade as atividades econômicas dos pais. Nesse sentido essa escolha que julgam ser a certa por um curto período de tempo possa se alongar, fazendo com que os jovens tenham condições de continuarem suas atividades e seus projetos de vida vinculados ao campo, constituindo suas famílias e garantindo qualidade de vida, observa-se que muitos dos entrevistados já são casados e estão constituindo novas unidades sócio-econômicas.

E com relação ao processo de relocação? As memórias do antigo lugar, da antiga casa são poucas e breves delineadas, pois todos eram crianças quando houve a mudança, as memórias existem quando cultivadas pelas famílias e em grande parte estão restritas ao tamanho do lote. Mas ao olhar para a nova comunidade observam que muitas coisas poderiam ser diferentes, principalmente o apoio público e a construção de infraestrutura, percebe-se entre os que ficaram no reassentamento o compartilhar das dificuldades enfrentadas pela agricultura familiar no Brasil, o presente impões como imperativo na definição do viver, mas com certeza agravadas por situações de deslocamento compulsórios, as marca d'agua inscritas

e invisíveis nos cotidiano permanecem e delinham as possibilidades que foram sendo construídas aos jovens.

V - Referências

ABRAMOVAY, Ricardo, et al. Juventude e agricultura familiar: desafios dos novos padrões sucessórios. Brasília: Unesco, 1998.

BRASIL, Secretaria Nacional de Juventude. **Estação juventude**: conceitos fundamentais: ponto de partida para uma reflexão sobre políticas públicas de juventude. Org. Helena Abramo. Brasília: SNJ, 2014.

BRASIL, Secretaria Nacional de Juventude. **Agenda Juventude Brasil**: pesquisa nacional sobre o perfil e opinião dos jovens brasileiros. Brasília: SNJ; 2014.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário

BRASIL. LEI Nº 12.852, 5 de agosto de 2013. **Institui o Estatuto da Juventude** e dispõe sobre os direitos dos jovens, os princípios e diretrizes das políticas públicas de juventude e o Sistema Nacional de Juventude – SINAJUVE.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. ONU reforça a importância da agricultura familiar. 2015. Disponível <<http://www.brasil.gov.br/economia-e-emprego/2014/10/onu-reforca-a-importancia-da-agricultura-familiar>> .

CARNEIRO, Maria José. Juventude e novas mentalidades no cenário rural. In: CARNEIRO, Maria José; CASTRO, Elisa Guaraná. **Juventude rural e perspectivas**. RJ: Mauad X, 2007. 53 a 66.

CASTRO, E. G.; MARTINS, M.; ALMEIDA, S. L. F.; RODRIGUE, M. E. B.; CARVALHO, J. G. **Os jovens estão indo embora?**: Juventude rural e a construção de um ator político. Rio de Janeiro: Mauad X, 2009. Disponível em:<<http://www.iicabr.iica.org.br/wpcontent/uploads/2014/03/jovensestaoindoembora.pdf>>. Acesso em: 18 set. 2015.

EHRHARDT, C. M. A. M. **A história da educação do campo nos campos de Curitiba**. 2012. 116 f. Dissertação - Curso de Pós-Graduação em Educação, Universidade do Planalto Catarinense, Lages, 2012. Disponível em: < <http://www.uniedu.sed.sc.gov.br/wp-content/uploads/2013/10/Cristina-Maria-AgustiniMoraes-Ehrhardt.pdf>>. Acesso em: 24,8/15.

FOSCHIERA, A. A.; BATISTA, L. S.; THOMAZ JUNIOR, A. Organização e atuação do Movimento dos Atingidos por Barragens: o caso do MAB/TO. **Revista Pegada**, São Paulo, v. 10, n. 1, p.134-146, jun. 2009. Disponível em: <<http://revista.fct.unesp.br>>. Acesso em: 20/8/15.

JÚNIOR, H. P. C. Estudo da participação e permanência dos Jovens na agricultura familiar na localidade do ancorado em Rosário da Limeira – MG. Dissertação (Mestrado em Meio Ambiente e Sustentabilidade). Centro Universitário de Caratinga. Caratinga: UNEC, 2007. Disponível em: http://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UNEC_91ae25c3358f32878ce16d92e48cff6d /react-text: 815 . Acesso em: 13 nov. 2015.

MENEZES, Marilda Aparecida; STROPASOLAS, Valmir, Luiz; BARCELLOS, Sérgio Botton (org). **Juventude rural e políticas públicas no Brasil**. Brasília: Presidência da república, 2014. (Coleção Juventude. Série Estudos, n. 1)

MOVIMENTO de Mulheres Camponesas - MMC. Nota dos Movimentos e Organizações Sociais do Campo sobre o Estatuto da Juventude. 2013. Disponível em: <<http://www.mmcbrasil.com.br/site/node/103>>. Acesso em: 06 set. 2015

MUNARIM, Antonio et all. **Educação do Campo**: Políticas e práticas em Santa Catarina.SP: Outras expressões; 2016

NELSIS, Camila Magalhães. O estudo do impacto ambiental e a participação social no fortalecimento de medidas compensatórias: O caso do reassentamento rural coletivo Barracão III da Usina Hidrelétrica de Machadinho. **Revista Multidisciplinar da UNIESP**. n. 10. Dez. 2010.

NESPOLI, Regina Stela; PIZZATO, Roberto (org). **Usina Hidrelétrica Machadinho** : memória técnica. Florianópolis : NPE/UFSC, 2007.

386 p.

PEIXER, Z. I. **Utopias de Progresso**: ações e dilemas na localidade de Ita frente a uma hidroelétrica. Fpolis: UFSC. 1993. Dissertação Sociologia Política. Disponível: <<http://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/75871>>

ROCHA, Humberto José. PASE, Hemerson Luiz. O conflito social e político nas hidrelétricas da Bacia do Uruguai. In: **Revista Brasileira Ciências Sociais**. Vol. 30 n. 88 - junho 2015.

ROCHA, Humberto José. Carta aos Atingidos: As negociações na Bacia do Rio Uruguai. In: Sociologia & Política. I Seminário Nacional Sociologia & Política. UFPR 2009. **Anais...** Sociedade e Política em Tempos de Incerteza.

STROPASOLAS, V. L. O mundo rural no horizonte dos jovens. Florianópolis - SC: UFSC, 2006.

STROPASOLAS, V. L. Os desafios da Sucessão geracional na agricultura familiar. *Agriculturas*, Rio de Janeiro, v. 8, n. 1, p.26-29, mar. 2011.

Entrevistas:

SILVA, AMARILDO. Depoimento [nov. 2015]. Entrevistadora: Nádia da Silva. Curitiba: UFSC, 2015.

Entrevistado 1. Idade 17. Entrevista por Nádia da Silva. 6-ago 2016.

Entrevistado 2. Idade 15 Entrevistado por Nádia da Silva. 1-ago 2016

Entrevistado 3 Idade 20 Entrevistado por Nádia da Silva. 31-jul 2016

Entrevistado 4 Idade 20 Entrevistado por Nádia da Silva. 31-jul 2016

Entrevistado 5 Idade 21 Entrevistado por Luci Teixeira Stanck. 28-jul 2016

Entrevistado 6 Idade 21 Entrevistado por Nádia da Silva. 28-jul 2016

Entrevistado 7 Idade 22 Entrevistado por Nádia da Silva. 28-jul 2016

Entrevistado 8 Idade 16 Entrevistado por Juliana Ap. Teixeira Stanck. 28-jul 2016

Entrevistado 9 Idade 18 Entrevistado por Luci Teixeira Stanck. 28-jul 2016

Entrevistado 10 Idade 15 Entrevistado por Juliana Ap. Teixeira Stanck. 26-jul 2016

Entrevistado 11 Idade 20 Entrevistado por Nádia da Silva. 26-jul 2016

Entrevistado 12 Idade 15 Entrevistado por Luci Teixeira Stanck. 26-jul 2016

Entrevistado 13 Idade 20 Entrevistado por Nádia da Silva. 30-jul 2016

Entrevistado 14 Idade 23 Entrevistado por Nádia da Silva. 30-jul 2016

Entrevistado 15 Idade 19 Entrevistado por Nádia da Silva. 31-jul 2016